



EIXO 05 – PRÁTICAS E AVALIAÇÃO – PAINÉIS

A TEORIA PEDAGÓGICA E A PRÁTICA EDUCATIVA: UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO E AS POLÍTICAS CURRICULARES

Maria Elenita Lima (Monitora)
eleniita.lima@gmail.com

Maria Gerlaine Belchior Amaral (Orientadora)
gerlaine.ufcg@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo é o registro formal das experiências vivenciadas no Projeto de Monitoria, na disciplina Currículo e Escola, no curso de Pedagogia, no período letivo 2015.2. Tem o objetivo de fazer uma reflexão acerca do currículo escolar à luz das políticas curriculares recentes. Busca-se ainda, pensar as repercussões de tais políticas na prática pedagógica, e consequentemente, na qualidade do ensino. Neste trabalho, enfatiza-se o currículo como uma construção cultural, em que vários sujeitos participam. Tal reflexão mostra-se relevante porque é por meio do currículo que se vai selecionar os saberes para formar o outro. O cerne deste trabalho é a Base Nacional Curricular Comum a qual deve orientar as práticas educativas, no âmbito da Educação Básica, em todo território nacional. O direito à Educação Básica permite uma ampliação do exercício da cidadania. Quanto ao percurso metodológico este artigo foi sendo construído de modo sistemático nas aulas de Currículo: leituras, discussões e produções textuais permitiram que se chegasse a este resultado final, que ora se apresenta sob a forma de artigo. O estudo realizado vem ratificar que a qualidade do currículo ofertado tem impacto direto na qualidade do ensino, mas sobretudo, na formação do sujeito enquanto ser social.

Palavras-chave: Currículo. Educação Básica. Aprendizagem

Summary

This article is the formal record of the experiences of the Monitoring Project in discipline Curriculum and School, the Faculty of Education, the school year 2015.2. It aims to make a reflection on the school curriculum in the light of recent curriculum policies. Search is also thinking of the consequences of such policies in pedagogical practice, and consequently the quality of education. In this work, we emphasize the curriculum as a cultural construction, in which various subjects participate. This reflection shows is relevant because it is through the curriculum that will select the knowledge to form the other. The core of this work is the National Curriculum Common Base which should guide educational practices within the Basic Education nationwide. The right to basic education allows an expansion of citizenship. As for the methodological approach this article was



being built systematically in curriculum classes: readings, discussions and textual productions allowed to arrive at this outcome, presented here in the form of article. The conducted study ratifies that the quality of the offered curriculum has direct impact on the quality of education, but above all, in the formation of man as a social being.

Keywords: Curriculum. Basic education. Learning

Introdução

A melhoria da Educação Básica no Brasil depende de diversos fatores, dentre eles: a escolha dos conteúdos educacionais adequados para uma educação de qualidade e os métodos de ensino na transmissão de tais conteúdos. O currículo educacional opera múltiplas transformações na vida dos educandos, isso porque já é pensado com esse fim, por outros termos, é selecionado para formar o outro. De modo geral, a educação brasileira tende a ter como parâmetro as disciplinas que são obrigatórias do ensino básico infantil, fundamental e médio. Desse modo, a Base Nacional Comum (BCN) representa uma significativa conquista social, sua consolidação e operacionalização torna-se decisiva para uma compreensão nacional dos saberes sistematizados importantes, para o progresso dos estudantes brasileiros na Educação Básica.

Desse modo, entender de fato seu significado para a educação, é tarefa relevante. Participar da sua construção e atualização tanto é direito como dever de todos, para que assim torne-se possível desenvolver uma educação mais igualitária e participativa. No entanto, estas devem ser lidas na perspectiva da complementaridade, pois enquanto o currículo escolar continua discutindo “o que é preciso ensinar a quem”, as políticas curriculares, mesmo que dialoguem com esse campo de ideias, com essa perspectiva analítica, expressam uma seleção de conhecimentos, valores e instrumentos da cultura produzidos em contextos e em práticas sociais e culturais distintas.

O que é currículo?

Os estudos pedagógicos visam dentre outras coisas, a descrição e compreensão da prática educativa através da criação de suportes metodológicos que com o apoio da teoria pedagógica possam vir a auxiliar os professores na condução do ensino e nas



atividades desenvolvidas no interior da escola. Inserido nesse contexto se encontra o currículo escolar, bem como as políticas curriculares que orientam e viabilizam a execução dessa tarefa. O currículo escolar se caracteriza como um importante suporte teórico/pedagógico que funciona como um documento que estabelece as disciplinas que deverão ser obrigatoriamente ofertadas e estudadas pelos alunos. De acordo com Gomes (2007, p.18)

A educação de uma maneira geral é um processo constituinte da experiência humana, por isso se faz presente em toda e qualquer sociedade. A escolarização, em específico, é um dos recortes do processo educativo mais amplo. Durante toda a nossa vida realizamos aprendizagens de naturezas mais diferentes. Nesse processo, marcado pela interação contínua entre o ser humano e o meio, no contexto das relações sociais, é que construímos nosso conhecimento, valores, representações e identidades.

Sendo assim, na educação o currículo consiste em um conjunto de valores e práticas pensadas e realizadas no ambiente social, em que os alunos estão inseridos e que aos poucos vai contribuindo profundamente para a construção da identidade social e cultural desses alunos. Os direitos e deveres de cada cidadão e a importância de preservar o bem comum é preceito de ordem democrática, e objeto constituinte dos currículos escolares. Nesse sentido, pode-se dizer que é propósito dos currículos escolares propiciar aos educandos uma orientação para o trabalho, para os estudos posteriores, e também para a cidadania, ou seja, para a vida em sociedade.

Logo, as indagações sobre os Currículos não devem privilegiar apenas que conhecimentos ensinar-aprender, mas como ordená-los, organizá-los, em que lógicas, hierarquias e precedências, em que tempos, espaços. Pensar em que organização do trabalho são enquadrados, os educandos se é a forma mais propícia para aprender e se formar. Se reconhecermos o papel constituinte dos educandos sobre o currículo e deste sobre os educandos, somos obrigados a repensar os currículos e as lógicas em que os estruturamos. Estas lógicas são muito mais conformadoras das identidades dos alunos do que as lições que transmitimos. Estes pontos têm merecido estudos e debates nas escolas. (González, 2007, p.22).

Além de funcionar como veículo de transmissão de conhecimentos, o currículo



garante a organização pedagógica sob a qual se assenta os conteúdos escolares e os saberes adquiridos e construídos acerca dos valores culturais, científicos e artísticos que a escola e o ensino precisam contemplar. Além disso, tais saberes e conhecimentos devem ser distribuídos de forma igualitária e satisfatória, sem nenhum tipo de exclusão dos direitos daqueles que constituem as minorias e a diversidade no campo escolar.

A dimensão conceitual e instrucional desse currículo possui amparo legal e está inserido na Constituição Brasileira de 1988, no Artigo 210, que assegura a fixação dos conteúdos mínimos do ensino fundamental de modo que o estudante tenha acesso à todas as disciplinas, que compõem os vários eixos do saber sistematizado e, dessa forma, possa desenvolver aptidões relativas ao conhecimento, aprendizagem e respeito aos valores culturais e artísticos. Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a qual em seu Artigo 26 regulamenta uma Base Nacional Comum para a Educação Básica. De acordo com a referida Lei, os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem possuir uma Base Nacional Comum que, porém, deverá ser complementada em cada sistema de ensino levando em consideração o caráter específico apresentado em cada Estado e região do País.

A partir, dessas diretrizes legais foram surgindo documentos que viabilizaram a condução do ensino através de regulamentos técnicos, descritivos e propostas metodológicas para o ensino. Podemos citar como importantes suportes teóricos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). No ano de 1997 foi lançado em dez volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental do 1º ao 5º ano. E no ano de 1998 foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, no ano 2000 foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).

Política curricular

As disciplinas que são ofertadas para os estudantes da Educação Básica, desde a educação infantil até o ensino em nível médio, estão distribuídas em um currículo que se fundamenta em princípios políticos e são norteadoras da prática pedagógica. Portanto, quando se fala ou se busca entender a ideia de currículo está implícita e imbricada a idéia



de uma política educacional que ofereça subsídios teórico-metodológicos para conduzir as atividades práticas de sala de aula e para, além disso, direcionar quais tipos de conhecimentos, saberes acumulados e sistematizados ao longo da história, valores culturais, artísticos e humanos de modo geral, a escola tomará como base na sua organização pedagógica.

Pretende-se que a escola e todos os profissionais envolvidos nos círculos de estudos e debates em torno da reflexão sobre o ensino busquem delimitar e criar currículos escolares que possam estar coerentes com a realidade escolar e o entorno sócio-espacial em que se encontra inserido o aluno. Apesar disso, ainda encontramos modelos de políticas educacionais de cunho cognitivista, comportamental focalizado apenas no indivíduo por si mesmo que dão prioridade a avaliações de tipo padronizadas e uniformes. No artigo: *Políticas Curriculares, Educação e Ensino: a standardização do conhecimento nos é apresentada essa questão levando em consideração especificamente o deslocamento do conceito de aprendizagem e de ensino na educação brasileira a partir dos anos 80 do século passado.*

No lugar da cultura, no espaço da história, as políticas curriculares de cunho cognitivista, instituem significados universalizantes, a-históricos, talvez “científicos”, certamente vazios. Não por acaso o discurso educacional prevalente é aquele que partilha enunciados da psicologia do desenvolvimento e que valoriza conceitos tais como flexibilidade, adaptação, criatividade, competências – todos reforçando a idéia do “aprender a aprender”, como se pudesse haver educação sem conteúdo sem uma matéria sobre qual se exerça trabalho. (VIEIRA, HIPOLYTO, LEITE, et al, p.2).

Em seguida, os autores comentam que esse paradigma de organização curricular e de avaliação do ensino, está enraizado em muitos textos e documentos pedagógicos direcionados à educação brasileira. Ressalta-se que as políticas educacionais contemporâneas, com os seus modelos avaliativos universais e globalizantes, seus padrões curriculares nacionais e seu cognitivismo tentam cumprir com um ideal utópico de encontrar as invariantes, para explicar os fatores universais nas práticas sociais. Os autores elaboram uma crítica a esse tipo de avaliação e afirmam que sendo configuradas dessa forma, as políticas realizam uma manobra acerca do significado e do sentido da educação.

Para os autores supracitados, os Parâmetros Curriculares Nacionais ou as suas



formas mais atualizadas e abrangentes – Diretrizes Curriculares ou Expectativas de Aprendizagem – são exemplos de um processo reducionista. E mesmo quando o Parâmetro utiliza-se de conceitos, como: emancipação, cidadania, pluralidade cultural, dentre outros, não consegue eliminar sua matriz epistêmica de cunho cognitivista, fundamentada na concepção de que é possível operar o processo educativo a partir de certas capacidades humanas inerentes às crianças e aos jovens em especial.

Por outro lado, nessa época contemporânea encontramos certo avanço na compreensão da política curricular, ainda que esta não esteja totalmente desvinculada desse antigo modelo. Trata-se do caráter mais dinâmico de que se apropriou o currículo na modernidade, relacionado às novas formas de relação entre professor – aluno, baseando-se num ensino mais dialogado que busca integrar valores culturais e humanos, produzidos em contextos sócio-culturais distintos e que são necessários para a formação escolar do educando. Desse modo, Oliveira e Destro (2005, p.140), apontam que:

A abordagem metodológica desses estudos tem potencial para mostrar fundamentalmente o poder das chamadas “políticas oficiais” ou “hegemônicas” e das relações políticas no sentido global/local sobre os currículos escolares. Embora essa denúncia seja indispensável para as análises críticas do currículo, já não nos parece mais suficiente, uma vez que nela predomina uma perspectiva vertical de controle sobre os currículos em um contexto que requer a adoção de uma postura contra hegemônica, diante de um quadro teórico de avanço no campo curricular, consubstanciado pela ampliação do que se entende por campo político.

A compreensão mais aprofundada em torno da política curricular, passa pela ampliação desse termo e a caracterização que esta também se reveste - política cultural. Assim sendo, essa análise aponta o reconhecimento do processo político como articulação entre o local e o global, na medida em que destacam o envolvimento do global para o local como também o seu inverso. As autoras destacam ainda que no Brasil os conceitos de Currículo e a noção de Políticas Curriculares guardam similaridades de princípio e se aproximam quanto à compreensão de determinados aspectos ligados à complexidade e tensões políticas próprias ao campo curricular.

Base Nacional Curricular Comum (BCN)



A criação de uma Base Nacional Curricular Comum (BNC) surgiu através da iniciativa do Ministério da Educação (MEC) de organizar quais os saberes e os conteúdos a escola deve disponibilizar aos estudantes no decorrer da sua formação escolar básica. A partir disso, foram convocados professores pesquisadores, formadores de professores e representantes de Associações, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), para discutir quais os objetivos e habilidades de desenvolvimento devem ser aplicadas na formação escolar básica.

Esses grupos vêm realizando reuniões periódicas com o intuito de criar essa Base Nacional Curricular Comum – um descritivo que visa prescrever e direcionar quais conteúdos e saberes são necessários para cada ano e segmento da Educação Básica Conta também com a participação do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), Fórum Nacional dos Conselhos estaduais de Educação (FNCE), Fórum Nacional de Educação (FNE), dentre outras importantes Associações. Todos esses órgãos ou entidades atuam no sentido de informar as ações realizadas e mobilizar para a abertura da discussão em nível nacional.

Como estamos nos referindo a um documento que visa servir como base para o trabalho com os processos de ensinar e aprender em nível nacional a sua construção e consolidação só será possível com o apoio e o envolvimento de toda sociedade brasileira. Para tanto, o MEC criou o portal basenacionalcomum.mec.gov.br, no qual, foi lançado em 30 de julho de 2015, com o intuito de ampliar as possibilidades de comunicação e disponibilizar o acesso a análises de sugestões e documentos para que seja possível estabelecer uma compreensão mais sólida sobre as características e objetivos desse documento.

Desse modo, a Base Nacional Comum (BCN) constitui-se então numa significativa conquista social, sua construção torna-se decisiva para a equidade entre os estudantes do País. Assim, entender de fato seu significado para a educação, é tarefa primordial para todos os sujeitos que colaboram na construção da educação da nação brasileira.

A criação de uma Base Nacional Comum é preconizada na Constituição



Federal, de 1988, no artigo 210. A qual é ratificada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu Artigo 26. Porém, é de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que esta passa a ser efetivada e é a partir dessas Diretrizes que todo o processo atual de construção da BNC se inspira e se organiza. Além disso, a construção dessa base na atualidade está evidenciada em documentos significativos para a educação. Está indicada nas Conferências nacionais de Educação e também no Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE estabelece, em diversas estratégias, a construção de uma proposta de Direitos e Objetivos da Aprendizagem e Desenvolvimento, coordenado pelo MEC, que deve ser encaminhada, até junho de 2016, para Conselho Nacional de Educação (CNE).

Com a implementação da Base Nacional Curricular Comum em todos os estados e municípios brasileiros, almeja-se consolidar e estruturar a gestão do ensino e as atividades pedagógicas de modo a corresponder às demandas e expectativas projetadas por cada região do País com suas características peculiares e suas especificidades. Com isso, acredita-se que a BNC funcionará como um instrumento de gestão capaz de oferecer subsídios para formulação e reformulação das propostas curriculares dos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em diálogo com as diferenças presentes na escola e com a realidade vivenciada em cada contexto educacional brasileiro.

Espera-se, dessa forma, que a Base Nacional Curricular Comum seja um dispositivo para orientar e reorientar as políticas de avaliação da educação básica, com o intuito de pensar, repensar e atualizar os processos de produção de materiais didáticos, bem como colaborar na discussão política de formação inicial e continuada de professores. A fim, de que se possa empreender esforços em prol de uma educação de qualidade para todos.

Considerações

Portanto, o currículo está permeado por valores, que aos poucos vão sendo decifrados em meio à educação, se caracterizando como um importante suporte para uma educação igualitária, estabelecendo as mais diferentes disciplinas a serem ministradas e também estudadas pelos alunos, estabelecendo um conjunto de valores e práticas sociais a



serem adquiridas, transmitidas entre professor e aluno, selecionando o que há de mais importante a ser transmitido.

Assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNC) descreve os diversos conhecimentos que devem ser oportunizados aos estudantes brasileiros, evidenciando-se que todos têm direito ao acesso e permanência durante sua trajetória na Educação Básica, do Ensino infantil ao médio. A BCN foi construída com a participação de todos, permanecendo um trabalho coletivo de diferentes pessoas do meio educacional, tais como especialistas, gestores, professores da educação básica, estudantes e o público em geral. Nesta perspectiva a criação da BCN, responde as demandas sociais de que a todos sejam dadas as mesmas oportunidades para seu desenvolvimento pessoal e social.

A política curricular vigente define uma caracterização específica sobre o modo como será operacionalizado o ensino e quais os critérios essenciais para a realização das atividades do ensino aprendizagem e para a relação do professor com seu aluno no cotidiano escolar. Com isso, a política curricular orienta de modo oficial os conteúdos e a prática pedagógica a ser desenvolvida no ensino obrigatório. Entretanto, cabe destacar que é resguardada à escola autonomia para complementar seu currículo de acordo com as especificidades de cada região, buscando sempre a melhor formação para os educandos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **BCN, Base Nacional Comum**. Revista Escola. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/base-nacional-comum-curricular-curriculo-ppp-mec-812097.shtml> Acesso em: 23 de junho 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum – BNC – Roteiro para trabalho**. Semana Pedagógica 2º semestre, 2015. SEED/PR.

BRASIL. Ministério da Educação. **BCN, Base Nacional Comum**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em: 22 de junho 2016.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. (Org.) Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**; (org.) Jeanete



Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

GONZÁLES, Miguel Arroyo. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo** (org.) Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

OLIVEIRA, Ozerina Victor de. DESTRO, Denise de Souza. **Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa**, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a12n28> Acesso em: 22 de junho 2016.

VIEIRA, J. S.; HYPOLITO, Á. M.; LEITE, M. C. L. Et. **Políticas curriculares, educação e ensino: a estandardização do conhecimento**. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/gtcurriculoanped/35RA/trabalhos/TE-Anped2012-PolíticasCurriculares_Educ_Ensino.pdf. Acesso em 15 de junho de 2016.

A CONSTRUÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ENSINO DA SISTEMÁTICA VEGETAL

Aclébia Alves Quaresma 1

Maria do Socorro Pereira 2

1 Monitora bolsista da disciplina Sistemática de Fanerógamas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Formação de Professores, Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da Natureza, Rua Sérgio Moreira de Figueirêdo s/nº, Casas Populares, Cajazeiras, PB, 58900-000. aclebialves@gmail.com

2 Professora Orientadora, Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Formação de Professores, Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da Natureza, Rua Sérgio Moreira de Figueirêdo s/nº, Casas Populares, Cajazeiras, PB, 58900-000. mspereira@ufcg.edu.br

Resumo

Nas últimas décadas tem-se prezado por um ensino inovador que fuga do tradicionalismo e corrobore para um processo ensino aprendizagem que se distancie do algo apenas mecânico. Para tal são discutidas algumas teorias educacionais como a aprendizagem